

# Líderes se preocupam com unidade do Centrão

BRASÍLIA — “Perdi o controle. O grupo dividiu, não é possível saber o que vai acontecer a partir de agora”. A reação de um dos principais líderes do Centrão, Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), mostra o estado de espírito que tomou conta do grupo com o rompimento do acordo firmado com a liderança do PMDB sobre o direito de propriedade. Hoje, na residência de Fiúza, o grupo tentará demover o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que resiste a um acordo que vincule o direito de propriedade a uma função social — o que é considerado por líderes centristas um ‘erro’ de avaliação.

No Centrão, as repercussões do rompimento levaram a um sentimento de apreensão quanto ao futuro do grupo. Entre os mais preocupados estava o Senador Edison Lobão (PFL-MA):

— Temos que ver como vamos atuar daqui para frente. Se não, vamos amargar derrota sobre derrota — comentou o parlamentar maranhense.

Um dos que criticaram o rompimento, apesar de sempre ter sempre contestado o acordo, foi o Deputado José Lins (PFL-PE). Para ele, a decisão vai prejudicar os entendimentos no futuro:

— A partir de agora vamos ter que manter, de qualquer forma, 280 constituintes em plenário. Ninguém mais vai confiar nos acordos fechados pelo Centrão — disse ele.

Outro líder do Centrão, que desaprovou o rompimento foi o Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), que também era contrário aos termos do acordo, mas para quem o princípio da negociação tem que ser mantido. Luis Eduardo acha que é muito grande o número de integrantes do Centrão que permanecem desinformados das decisões das lideranças e atribuiu a este fator a causa de muitas das dificuldades que o grupo vem enfrentando na Constituinte.

— Acordo tem que ser cumprido, mesmo que seja ruim, senão desmoraliza — disse Luis Eduardo.

O Deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), uma espécie de avaliador das tendências do grupo, lamentava que alguns dos seus integrantes não participem das tentativas de acordo e depois tentem torpedear os no Plenário.

— Existe muito jogo de interesse de pessoas ligadas ao empresariado ou que só desejam retirar coisas do Governo. Estes só nos levam ao impasse — acusou Daso.

Um impasse que, no final, terá de ser solucionado. O Relator Bernardo Cabral tem 48 horas para apresentar uma proposta de consenso. Os integrantes do Centrão consideram que a lição aprendida ontem levará correligionários mais radicais a aceitar o entendimento. Entre estes, estaria o Deputado Bonifácio de Andrada (PFL-MG).

Foto de Sérgio Marques



Fiúza e Covas: entendimento difícil sobre propriedade

## Sindicância apura fraude

BRASÍLIA — O voto do Deputado Sarney Filho (PMDB-MA) foi computado ontem no painel eletrônico da Constituinte embora ele estivesse no Maranhão, a centenas de quilômetros de distância. A fraude levantou suspeitas sobre o processo de votação.

Sarney Filho soube do fato e telefonou ao Deputado Ulysses Guimarães, que hoje reassume a Presidência da Constituinte. Argumentou que foi mais uma obra dos adversários do seu pai,

## Ulysses volta a pregar acordo

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, ainda no exercício interino da Presidência da República, afirmou ontem que o rompimento do acordo sobre a definição de propriedade, coordenado por ele na segunda-feira, demonstra claramente que é preciso um entendimento para que seja elaborada a nova Carta.

Ulysses lamentou o que o acordo tivesse sido rompido principalmente porque ele foi acertado em reunião que contou com a presença de 24 parlamentares de diversos segmentos políticos. O fracasso das tentativas de entendimento, porém, não diminuíram ânimo do Presidente da Constituinte. Hoje, ele se reúne às 10h com os líderes partidários e de grupos para retomar as negociações.

Ulysses não quis apontar as causas do rompimento do acordo e deixou claro que o fato o surpreendera, pois os acordos anteriores vinham sendo cumpridos. Apesar disso, ele não acredita que o exemplo de ontem inviabilize outros acordos:

— A nova Carta não será uma obra hegemônica. Nem meu partido, que tem maioria, é hegemônico — afirmou Ulysses, que admitiu que os desacordos podem gerar impasses que atrasariam a votação.

## Pequena propriedade não pode ser penhorada

BRASÍLIA — A pequena propriedade rural, a ser definida em lei, não poderá ser penhorada para pagamento das dívidas decorrentes de sua atividade produtiva, desde que trabalhada pela família. Este foi o único dispositivo aprovado ontem pelo plenário, resultante de uma fusão de emendas apoiada pelo Centrão e pelos demais grupos da Assembléia Constituinte.

A emenda foi aprovada por 406 parlamentares. Após a votação, houve muitas discussões a respeito de um dispositivo

que proteja também a moradia do proprietário. A sessão foi suspensa e o assunto voltará a ser discutido na tarde de hoje.

O texto aprovado é o Parágrafo 39 do Capítulo I do Título I e tem a seguinte redação: “A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva. A lei definirá os meios de financiar o seu desenvolvimento”.